

**Prêmio Direitos Humanos 1999,
concedido pela Associação Nações Unidas Brasil.**

**Dia 26.05.00, às 10h30m.
Parlamento Latino-Americano (Parlatino).
São Paulo – SP**

ASSOCIAÇÃO NACÕES UNIDAS-BRASIL

A instalação da Associação das Nações Unidas-Brasil é resultado de encontro, realizado dia 21 de maio de 1998, em Nova York, entre o secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, e o empresário Mario Garnero, presidente do Fórum das Américas. As associações, presentes em mais de 80 países, ocupam-se da aproximação entre a ONU e a sociedade civil, com destaque para o setor empresarial. A federação mundial das entidades tem, entre seus presidentes de honra, Nelson Mandela, ex-presidente da África do Sul, e Maurice Strong, que foi secretário-geral da ECO-92, encontro mundial sobre o meio ambiente, realizado no Rio de Janeiro.

Nos Estados Unidos, a entidade similar conta com um orçamento de quatro milhões e quinhentos mil dólares, oriundos de 300 empresas e 35 mil pessoas associadas em todo o país. A sociedade é beneficiada em seu relacionamento com a ONU. A Organização participa da definição, por exemplo, de padrões e normas técnicas que são fundamentais na economia globalizada, em áreas como telecomunicações, transporte marítimo e propriedade intelectual. Mario Garnero é o presidente da Associação Nações Unidas Brasil, que foi inaugurada em 14 de julho de 1998, em São Paulo, com a presença do secretário-geral da ONU, Kofi Annan.

O primeiro ato público

A Associação das Nações Unidas-Brasil promoveu, dia 16 de dezembro de 1998, o seu primeiro ato público, no auditório do Parlatino, em São Paulo, para marcar a passagem do cinquentenário do mais importante documento ratificado neste século em defesa da cidadania, da liberdade e da justiça social: Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A comemoração teve um duplo significado. Serviu também para homenagear o advogado José Gregori, então Secretário Nacional dos Direitos Humanos, hoje Ministro da Justiça, agraciado pela ONU com o principal prêmio concedido na área dos direitos humanos - o United Nations Human Rights Prize. Gregori foi o primeiro a receber, hors concurs, em 1998, o Prêmio Direitos Humanos, concedido pela Associação das Nações Unidas-Brasil.

PRÊMIO DIREITOS HUMANOS 1999

A Associação das Nações Unidas-Brasil anunciou, dia 16 de dezembro de 1998, a criação do Prêmio Direitos Humanos, concedido anualmente a pessoas físicas e jurídicas que merecerem destaque na promoção dos direitos humanos no Brasil.

Serão homenageados com o Prêmio Direitos Humanos 1999:

Personalidade do Ano - Dom Paulo Evaristo Arns.

Entidade de Ação Pública - Programa de Alfabetização Solidária.

Entidade de Ação Privada - ANDI (Agência Nacional dos Direitos da Infância).

Reconhecimento Póstumo - Dom Hélder Câmara e Governador André Franco Montoro.

Comissão Julgadora:

Presidente: José Gregori, Ministro da Justiça.

Enrique Ricardo Lewandowski, desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Jayme Benvenuto, coordenador geral do Gajop - Gabinete de Assessoria às Organizações Populares.

Joaquim Mendonça, presidente da Abert - Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão.

José Carlos de Salles Gomes Neto, presidente da Aner-Associação Nacional dos Editores de Revistas.

Margarida Genevois, coordenadora geral da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos.

Oscar Vilhena Vieira, secretário-executivo do Instituto Latino-Americano da Organização das Nações Unidas.

Paulo Cabral, presidente da ANJ-Associação Nacional de Jornais.

DOM PAULO EVARISTO ARNS *PERSONALIDADE DO ANO*

Cardeal da Santa Igreja Romana, Arcebispo Emérito de São Paulo, Titular de Santo Antônio de Pádua da Via Tuscolana, detentor de mais de uma centena de títulos nacionais e internacionais, 5º Arcebispo e 3º Cardeal de São Paulo, até 22 de maio de 1998, Franciscano, autor de 48 livros, Dom Paulo Evaristo Arns nasceu em Forquilha, distrito de Crisciúma, em Santa Catarina, dia 14 de setembro de 1921.

Ingressou na ordem franciscana em 1939. Ordenou-se presbítero em 30 de novembro de 1945 em Petrópolis, Rio de Janeiro. Frequentou a Sorbonne, em Paris, onde laureou-se em Patrística e Línguas Clássicas. Foi professor e mestre dos clérigos, diretor do CIC e jornalista profissional.

Dom Paulo Evaristo Arns trabalhou como vigário nos subúrbios de Petrópolis. Foi indicado bispo auxiliar de Dom Agnelo Rossi, no dia 2 de maio de 1966 e sagrado em 3 de julho de 1966, como bispo titular de Respetta. Atuou intensamente na Região Norte de São Paulo. Foi nomeado Arcebispo de São Paulo no dia 22 de outubro de 1970, tomando posse dia 1º de novembro do mesmo ano, de acordo com levantamento realizado pelo padre Fernando Altemeyer Jr.

Dom Paulo Evaristo Arns foi criado Cardeal pelo Papa Paulo VI em 5 de março de 1973, com o título de Santo Antônio na Via Tuscolana. Foi membro da Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos; Coordenador do Colégio Episcopal de São Paulo; Grão Chanceler da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Assim que assume a diocese incrementa fortemente a participação dos leigos nos passos do Concílio Vaticano II. Realiza a Operação Periferia, vendendo o palácio Episcopal e assume destemida defesa dos direitos humanos constantemente violados pela ditadura militar.

Torna-se voz dos sem voz e arauto da justiça social em nossa pátria. É de sua responsabilidade a edição do livro e relatório "Brasil, nunca mais", marco na luta contra a tortura. Cria novas regiões episcopais, realiza amplo plano de pastoral urbana e lança as bases para a ação colegiada na grande

metrópole de São Paulo. Criou as condições essenciais para a entre-ajuda do projeto "Igrejas-irmãs". Dom Paulo Evaristo Arns, ao lado de seus bispos auxiliares, trabalhou por quatro prioridades escolhidas pelo povo: Comunidades Eclesiais de Base, Direitos Humanos e Marginalizados, Mundo do Trabalho e Pastoral da Periferia. Foram sete os planos de pastoral aplicados no tempo de D. Paulo, sempre motivados pelo lema: De esperança em esperança.

ANDI-AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA *ENTIDADE DE AÇÃO PRIVADA*

A ANDI é uma associação civil de direito privado sem fins lucrativos, cuja missão é contribuir para a construção, nos meios de comunicação, de uma cultura que priorize a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. A ANDI considera que a democratização do acesso aos direitos sociais básicos a estes segmentos é condição fundamental para a equidade social. Fundada em 1992, a ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância - é atualmente presidida por sua fundadora, jornalista Âmbar de Barros e dirigida pelo jornalista Geraldinho Vieira.

O objetivo da ANDI é contribuir para a formação de uma cultura jornalística que investigue a situação de crianças e jovens brasileiros em situação de exclusão social, sempre sob a ótica de seus direitos. A ANDI dialoga com os meios de comunicação por meio do oferecimento permanente de sugestões de pautas - denúncias e experiências sociais bem sucedidas - além de colocar-se como prestadora de serviços à mídia, pesquisando fatos, personagens, dados e estatísticas relevantes para a defesa dos direitos da infância e da adolescência.

A ANDI é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que tem o seguinte conselho de sócios: Âmbar de Barros, Léo Voigt, Oscar Vilhena Vieira, Oded Grajew, Mário Volpi, Anna Penido, Márcio Schiavo, Cesare La Rocca, Claudius Ceccon, Benedito Rodrigues

O trabalho da ANDI só é possível graças aos atores sociais que de maneira direta ajudam a realizar os sonhos de crianças e jovens brasileiros, aos jornalistas e grupos de comunicação que compreendem sua responsabilidade social e às entidades de apoio técnico e financeiro, que somam-se em parcerias e alianças.

PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA *ENTIDADE DE AÇÃO PÚBLICA*

O êxito do Programa Alfabetização Solidária, criado em 1997 sob a liderança da presidente do Conselho da Comunidade Solidária, Ruth Cardoso, não se resume aos números conquistados nesta ainda breve trajetória de pouco mais de três anos de atuação.

O Programa de Alfabetização Solidária recebeu, dia 19 de outubro do ano passado, o Prêmio Unesco para Iniciativas Bem-sucedidas na área de educação. Dez pessoas e entidades que contribuíram durante o ano de 1999 com projetos e iniciativas para educação, cultura, direitos humanos, ciência, meio ambiente, juventude e cidadania foram destacadas pela instituição. "Esse prêmio é um reconhecimento ao excelente trabalho desenvolvido pelo Programa de Alfabetização Solidária", afirmou o representante da Unesco no Brasil, Jorge Werthein. "Essa é uma iniciativa que deveria ser seguida dentro e fora do Brasil."

Além da presença em 866 municípios extremamente pobres das Regiões Norte e Nordeste, dos cerca de 800 mil alunos atendidos e da promoção de cursos nas áreas metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, o Programa de Alfabetização Solidária está executando de forma inovadora uma tarefa crucial para o fortalecimento da cidadania no Brasil, como escreve a coordenadora Nacional do Programa Alfabetização Solidária, Regina Célia Vasconcelos Esteves

Por meio de parcerias com empresas, pessoas físicas, universidades, prefeituras e o Ministério da Educação (MEC), o Alfabetização Solidária está demonstrando que toda a sociedade deve e pode ter um papel fundamental na redução do analfabetismo do país.

ANDRÉ FRANCO MONTORO
RECONHECIMENTO PÓSTUMO

"O subdesenvolvimento é a maior violação dos direitos do homem".

"A participação na informação é fundamental. A população tem o direito de ser informada e o poder público tem o dever de fornecer informações claras sobre a aplicação das verbas e a motivação dos atos da administração. Essa

transparência é o antidoto contra a corrupção e a má aplicação das verbas públicas. E constitui o caminho para a construção de uma democracia real".

Os dois pensamentos descritos são pouco para dar a amplitude humanista do perfil do governador Franco Montoro, que faleceu no ano passado. André Franco Montoro, que nasceu em São Paulo em 14 de julho de 1916 e casou-se com dona Lucy, com quem teve sete filhos, deixa seu nome e seu exemplo para a história, como um dos nomes mais respeitados e representativos da vida pública brasileira.

Franco Montoro formou-se advogado em 1938 na Faculdade de Direito do Largo São Francisco e concluiu o curso de Filosofia e Pedagogia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento. Foi Procurador do Estado de São Paulo e fundador da JUC - Juventude Universitária Católica, em 1947, ano em que se filiou ao Partido Democrata Cristão, dando início a vida político-partidária.

Em 1950, foi eleito Vereador à Câmara Municipal de São Paulo. Sua atuação já apresentava uma característica marcante, a luta pelos direitos trabalhistas. Dois anos, após a eleição, em gesto histórico denunciou o comércio de votos que ocorria no processo de escolha do presidente da Câmara e renunciou ao mandato. Em 1954, foi o Deputado Estadual mais votado pela legenda do PDC. Em 1959, eleito Deputado Federal, apresentou projeto isentando do pagamento de Imposto de Renda do trabalhador que ganhasse até 5 salários mínimos. Com Tancredo Neves Primeiro Ministro, Franco Montoro assumiu o Ministério do Trabalho e da Previdência Social introduzindo importantes medidas como a sindicalização dos trabalhadores rurais, a criação do salário família e a prática de reajustar os salários periodicamente.

Reeleito Deputado Federal pelo PDC, em 1963 voltou-se também para outra bandeira de luta que marcaria sua vida política: a Integração da América Latina. Montoro filiou-se à legenda do MDB e foi novamente eleito Deputado Federal, em 1966. Em 1970, elegeu-se Senador pela primeira vez.

Em 1982, foi escolhido pelo então PMDB candidato ao governo do Estado. Mais uma vez, sua eleição expressou o anseio popular pela redemocratização. Teve uma vitória avassaladora, foram 5.441.583 votos, mais que o dobro do segundo colocado. Já Governador, Montoro teve participação decisiva na luta pelas Diretas-Já. Em novembro de 1983 assinou

com Tancredo Neves, a "Declaração de Poços de Caldas", que estabelecia os pontos básicos de uma ação conjunta rumo às eleições diretas para a Presidência da República e destacava a necessidade de uma ampla mobilização popular, suprapartidária e nacional.

Ao assumir o Governo do Estado, Franco Montoro enfrentou uma grande crise administrativa, mas os resultados foram aparecendo: construção de uma escola por dia, em média; 4.200 km. de estradas vicinais; construção da linha do Metrô "Itaquera-Barra Funda", com 17 km.; implantação da Hidrovia do Tietê. O estilo de ação do governo mudou radicalmente, o diálogo democrático estava presente nas negociações com o funcionalismo.

Franco Montoro direcionou a ação do governo para obras de caráter social como a municipalização da merenda; um médico residente em cada cidade; criação da Delegacia da Mulher; entrega de títulos a posseiros; fluoretação da água; criação dos conselhos "da Condição Feminina", da "Comunidade Negra", da "Terceira Idade", da "Juventude" e muitas outras.

Somente em 1994 Franco Montoro voltou a disputar cargo eletivo. Nesse intervalo, retomou a luta pela integração da América Latina. Em 1986, participou da fundação do Instituto Latino Americano e veio ocupar a sua presidência. Colaborou decisivamente na elaboração do artigo da Constituição de 1988 que tratou da integração do Brasil com seus vizinhos. Foi presidente do Conselho Consultivo do Parlamento Latino Americano.

Em 1994, Montoro foi eleito Deputado Federal pela quarta vez. Doutor em Direito e Filosofia, Franco Montoro é autor de várias obras, a exemplo de "Introdução à Ciência do Direito", em 24ª Edição, (1996), "Participação: Desenvolvimento e Democracia" em 2ª ed. (1991), "Com os Pobres da América", em colaboração com Eduardo Frei, Rafael Caldera, Rodomiro Tomic e Cornejo Chaves (1962).

DOM HÉLDER CÂMARA *RECONHECIMENTO PÓSTUMO*

Nascido a 7 de fevereiro de 1909, em Fortaleza, Ceará, estado situado no Nordeste do Brasil, Dom Hélder Câmara, faleceu aos 90 anos, dia 27 de agosto do ano passado. Ele foi o décimo primeiro filho de uma família simples e numerosa, composta de treze filhos, dos quais somente oito conseguiram

sobreviver, os demais falecendo vitimados por uma epidemia de gripe que assolou a região no ano de 1905. Foi uma espécie de herói para uma geração de padres, freiras e leigos católicos que se inspiravam em Dom Helder e o veneravam como símbolo de uma igreja voltada para os pobres.

O pai, João Câmara Filho, era guarda-livros de uma firma comercial, enquanto a mãe, Adelaide Pessoa Câmara, era professora primária. Em 1923, ingressa no Seminário Diocesano de Fortaleza (Prainha), onde faz os cursos preparatórios e depois filosofia e teologia. Para ser ordenado sacerdote aos 22 anos de idade, no dia 15 de agosto de 1931, o então candidato Hélder recebeu uma autorização especial da Santa Sé, posto que não possuía a idade mínima exigida.

Sua vida sacerdotal foi uma caminhada dedicada aos mais simples e desafortunados. Empenhou-se na organização do Movimento Juventude Operária Católica, assumindo paralelamente as funções de Assistente Eclesiástico da Liga dos Professores Católicos e as atividades de professor de religião do Liceu do Ceará, demonstrando uma extraordinária capacidade de bem transmitir os ensinamentos exigidos pelo programa.

Juntamente com dois outros amigos, funda, em 1931, a Legião Cearense do Trabalho, para em 1933, juntamente com lavadeiras, passadeiras e empregadas domésticas, instituir a Sindicalização Operária Feminina Católica. Estas iniciativas de Dom Hélder Câmara chamaram a atenção de Plínio Salgado, fundador e dirigente da Ação Integralista Brasileira, que o convidou para se filiar na AIB. Em janeiro de 1936, a bordo do navio Afonso Pena, parte Dom Hélder para o Rio de Janeiro, onde, abandonando seu ideário integralista.

Entre 1947 e 1952, Dom Hélder Câmara dirige e colabora com as revistas Ação Católica e Assistente Eclesiástico. Data desse período, o seu primeiro contato, em 1950, em Roma, com o Monsenhor Montini, futuro papa Paulo VI, plantando com aquela autoridade episcopal as primeiras sementes da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Foi eleito bispo, em 20 de abril de 1952. Após implantada a CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Hélder, em novo contato com Monsenhor Montini, convence-o da necessidade da criação de uma entidade que congregasse o episcopado Latino-Americano. Estava implantada

mais uma semente: a da instituição do CELAM - Conselho Episcopal Latino-Americano.

Durante sua vida episcopal, Dom Hélder Câmara desempenhou importantes funções, entre as quais se destacam as seguintes: em 1959, no Rio de Janeiro, funda o Banco da Providência, cuja atuação se desenvolve especificamente na faixa da miséria; de 1952 a 1964, exerce o cargo de Secretário Geral da CNBB, fomentando os ideais de sua fundação e promovendo a interação dos bispos do Brasil de maneira a melhorar a atuação da igreja católica junto a sociedade com seus problemas e carências, sejam elas sociais ou espirituais.

Nomeado em março, toma posse como Arcebispo de Olinda e Recife em 12 de abril de 1964, estabelecendo em Recife claro foco de resistência ao golpe militar, pela sua visão social. Entre outras obras, Recife deve a ele: a criação do governo Colegiado; a organização do Conselho Presbiteral e do Conselho Pastoral; a organização dos setores pastorais; a criação do ITER - Instituto Teológico do Recife. Em 10 de abril de 1985, é Arcebispo Emérito de Olinda e Recife, por limite de idade, sendo substituído por Dom José Cardoso Sobrinho. No plano internacional, teve ampla projeção devido à sua diferenciada atuação, voltada aos pobres e oprimidos.